

A FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA BRASILEIRA

André Alves Souza

Especialista em Segurança em Redes de Computadores pela FATESG/SENAI. Bacharel em Sistemas de Informação e Direito pela Faculdade Sul-Americana (FASAM), aluno do Curso de Formação de Oficiais da PM/GO.

E-mail: andre_alves_souza@hotmail.com

RESUMO

Este estudo objetivou demonstrar a perspectiva da comunidade acadêmica brasileira acerca da formação policial militar e da capacitação deste profissional em responder às demandas atinentes a segurança e ordem pública. Para tanto, fez-se a revisão bibliográfica na literatura nacional e internacional sobre o trabalho policial militar e sua interação com a sociedade. Identificou-se as produções científicas produzidas neste campo do saber por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica nos bancos de dados do IBICT e SciELO. Em seguida, utilizou-se a técnica de análise documental e quantitativa do conteúdo encontrado, para identificar as peculiaridades e a complexidade que a sociedade exige deste perfil profissional. Examinou-se os objetivos e as conclusões das pesquisas nacionais que versavam sobre a formação policial militar no Brasil, utilizando como referência os paradigmas propostos pela SENASP. Comparou-se os parâmetros e instrumentos previstos para a formação dos oficiais da polícia militar do Estado de Goiás com os resultados alcançados nos trabalhos propostos pela comunidade acadêmica brasileira. Em suma, inferiu-se que somente 11 (onze) estados brasileiros concentram os 28 (vinte e oito) trabalhos acadêmicos publicados. Verificou-se das produções científicas analisadas, 64,29% concluíram que o ensino policial militar possui alguma deficiência ou não atende as demandas sociais e apenas 35,71% obtiveram resultado positivo acerca dos temas pesquisados. Constatou-se ainda que não obstante a proporção reduzida de carga horária destinada ao desenvolvimento de competências, apontados pela comunidade acadêmica como deficientes, as produções científicas do Estado de Goiás indicaram desenvolvimento satisfatório nos processos de formação do oficial de polícia militar. Segundo Pereira (2013), o referido paradoxo justificou-se pelo longo processo de adaptação e reformulação da matriz curricular do CFO/PMGO.

Palavras-Chave: Formação Policial Militar. Segurança Pública. Comunidade Acadêmica do Brasil.

ABSTRACT

This study aimed to demonstrate the prospect of the Brazilian academic community about the military police training and training of this professional in responding to the demands pertaining to security and public order. Therefore, there was a literature review of national and international literature on the military police work and its interaction with society. It was identified scientific productions produced in this field of knowledge through bibliographical research methodology in databases and SciELO IBICT. Then used the document and quantitative analysis technique of content found, to identify the peculiarities and complexity that society demands this Profissiográfico profile. Examined whether the objectives and findings of national surveys that focused on military police training in Brazil, using as reference the paradigms proposed by SENASP. It compared the parameters and instruments provided for the training of officers of the Military Police of the State of Goiás with the results achieved in the work proposed by the Brazilian academic community. In short, it was inferred that only eleven (11) Brazilian states concentrate 28 (twenty-eight) published academic papers. There was analyzed the scientific production, 64.29% completed the military police school have a disability or does not meet the social demands and only 35.71% were positive about specific topics. It was also found that despite the small proportion of working hours aimed at developing skills, appointed by the academic community as deficient, the scientific production of Goiás showed satisfactory development in the official formation processes of military police. According to Pereira (2013), that paradox justified by the long process of adaptation and redesign the curriculum of the CFO / PMGO.

Keywords: Military police. Public Security. Academic community of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 144, dispõe que as polícias militares, além de forças auxiliares e reserva do exército, são responsáveis pela preservação da ordem pública. Por conseguinte, a atividade policial desenvolve-se com objetivo de manter a ordem pública e a paz social com autorização para utilizar a força física se necessário (BRASIL, 2012).

Sendo assim, face ao pressuposto constitucional, as instituições militares estaduais devem estar preparadas para atuar, tanto no controle social quanto na segurança externa do país. Isto exige do policial militar uma formação ampla

e completa, razão pela qual fazem-se necessárias ações de formação e capacitação, operacionalizando o emprego de métodos e técnicas de ensino, focadas no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de competências cognitivas, operativas e afetivas (SANCHES, 2008).

A formação policial militar estadual não está tão distante desta realidade, uma vez que busca aprimorar o ensino deste profissional por meio da implementação de vários ramos do saber que vão além das Ciências Militares. Todavia, cada uma das 27 unidades federativas exige estrutura distinta, que atenda às suas particularidades regionais, sem desviar da disposição geral de funcionamento e organização no arcabouço jurídico.

Por conseguinte, o presente artigo buscou compreender os motivos pelos quais alguns aparelhos repressores de determinado tipo de sociedade, na maioria das vezes, não atendem aos interesses da coletividade e acabam se transformando em instrumento da própria iniquidade de comunidades verticalmente hierarquizadas. Imbuídos deste propósito, percebeu-se a necessidade de encontrar estudos científicos consolidados que apontassem as principais desconformidades no planejamento e execução da atividade policial.

Neste sentido, visando desenvolver um artigo de qualidade e com dados fidedignos, utilizou-se como objeto de estudo trabalhos acadêmicos realizados por pesquisadores de todo o Brasil. A aproximação com este espaço amostral, ou mesmo esta convergência proposital, pretendeu superar as barreiras que separam as corporações militares e a sociedade acadêmica civil, desde o início da história contemporânea do país.

Diante disso, este artigo buscou compreender como é percebida a formação policial militar pela comunidade acadêmica do Brasil. Para tanto, adotou-se os seguintes objetivos específicos:

- a. Identificar produções científicas que tratam de ensino policial militar no Brasil;
- b. Analisar os objetivos e as conclusões das pesquisas nacionais que versam sobre a formação policial militar brasileira;
- c. Comparar os parâmetros e os instrumentos previstos para a formação dos oficiais da polícia militar do Estado de Goiás com os resultados alcançados nos trabalhos propostos pela comunidade acadêmica brasileira.

Para o desenvolvimento deste periódico, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, constituída principalmente de artigos científicos e teses, tendo como fonte a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro

de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)¹ e a Scientific Electronic Library Online (SciELO)².

Utilizou-se a técnica de análise documental e quantitativa do conteúdo encontrado, ressaltando as peculiaridades e a complexidade que a sociedade exige deste perfil profissiográfico. Fez-se, ainda, uma revisão bibliográfica na literatura nacional e internacional sobre o trabalho policial militar e sua interação com a sociedade, debatendo seus conceitos e teorias, através da perspectiva da comunidade acadêmica do Brasil (RICHARDSON, 2014).

O artigo está dividido em quatro subtítulos. No subtítulo 1, encontra-se a revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional sobre o trabalho policial militar e sua interação com a sociedade. Identificou-se a produção científica que trata da formação policial militar por meio da metodologia de pesquisa bibliográfica nos bancos de dados do IBICT e SciELO. No subtítulo 2, foi utilizada a técnica de análise documental e quantitativa do conteúdo encontrado, para identificar as peculiaridades e a complexidade que a sociedade exige deste perfil profissiográfico. Foram examinados os objetivos e as conclusões das pesquisas nacionais que versavam sobre a formação policial militar no Brasil, utilizando como referência os paradigmas propostos pela SENASP. No subtítulo 3, comparou-se os parâmetros e instrumentos previstos para a formação dos oficiais da polícia militar do Estado de Goiás com os resultados alcançados nos trabalhos propostos pela comunidade acadêmica brasileira, buscando identificar métodos e técnicas de ensino cientificamente consolidadas, com enfoque no processo de aprendizagem e no desenvolvimento de competências que atendam aos interesses e particularidades da coletividade.

2 A FORMAÇÃO POLICIAL: POLÍCIA E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Para conhecer o processo de formação policial e sua importância no contexto social faz-se necessário: analisar o trabalho policial sob uma perspectiva sociológica; debater acerca da responsabilidade da ação policial, pautada na proteção da coletividade e das garantias indivi-

1 Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) é um sistema de informação que tem por objetivo integrar, em um único portal, informações de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos.

2 A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.

duais em detrimento aos interesses da classe dominante; pesquisar a relação entre as falhas na formação profissional, a incompetência profissional e as questões de cultura organizacional presentes nos modelos atuais de polícia.

Neste contexto, alguns estudiosos destacaram-se na literatura internacional por trazer reflexões acerca da necessidade de estudar a atuação policial militar, com a finalidade de identificar deficiências e atributos, melhorando a prestação de serviço em prol do bem comum. Para tanto, buscaram compreender as instituições policiais militares a partir da definição dos conceitos de polícia, o que faz a polícia, o trabalho policial e o seu papel na sociedade moderna.

Segundo David Bayley (2002, p. 20), o termo polícia é usado para definir um conjunto de “pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação da força física. Esta definição possui três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva”. Monjardet (2003) conceitua polícia em três dimensões distintas, quais sejam: 1 - Institucional, como ferramenta estatal de emprego da autoridade política em nome da coletividade; 2 - Organizacional: em virtude dos procedimentos burocráticos e informais realizados pela instituição, gerando inércia e opacidade; 3 - Profissional, que se caracteriza pela cultura e interesses próprios da atividade policial militar.

Por conseguinte, infere-se que a definição de polícia está intimamente ligada às suas características e atribuições. Destaca-se o fato dos estudiosos serem unânimes em dizer que a polícia possui, de forma exclusiva, a permissão para usar a força física ao regular as interações sociais. Sendo assim, pelo seu significado abrangente, determinou-se o que é polícia analisando o papel que esta desempenha em determinado momento, ou seja, compreendendo o que ela faz e qual o seu trabalho. De acordo Bayley (2002) temos que:

O trabalho policial pode se referir, primeiro, ao que é designada para fazer; segundo, a situações com as quais ela tem que lidar; terceiro, às ações que ela deve tomar ao lidar com as situações. Atribuições são a descrição organizacional do que os policiais estão fazendo – patrulhando, investigando, controlando o tráfego, aconselhando e administrando.[...] O trabalho policial também é comumente descrito em termos de situações com as quais a polícia se envolve: crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas... [...] Finalmente, o trabalho da polícia pode

ser descrito em termos de ações executadas pela polícia durante as situações, tais como prender, relatar, tranquilizar... [...] A caracterização do trabalho policial em um lugar específico pode ser significativamente diferente de acordo com o foco abordado. (BAYLEY, 2002, p. 118 - 121).

Desta forma, nota-se que o trabalho policial se baseia no dever de garantia da lei e da ordem, preocupando-se com o desenvolvimento de suas atribuições, das situações de caráter nacional, de confiança pública e com os resultados sociais; enquanto o que faz a polícia limita-se aos meios utilizados para realização do trabalho policial, como por exemplo: patrulhamento ostensivo.

Considerando os aspectos do trabalho policial, deduz-se que a maior parte do serviço de policiamento ostensivo consiste na mediação de conflitos. Dominique Monjardet (2003, p. 15), aponta que a atuação policial visa a resolução dos problemas sociais, quando esta demande ou possa demandar o emprego da autoridade/força. Destacou, ainda, que essa força somente deve ser aplicada “na medida em que isso ocorra, no lugar e no momento em que tais problemas surgem. É isso que dá homogeneidade a atividades tão variadas [...]”.

Para Bittner (2003), sob um aspecto público, “a polícia é o órgão de governo mais facilmente acessado e a presença mais visível do poder do Estado, tanto para o bem quanto para o mal”. Assim sendo, o referido autor nos ensina que:

[...] a polícia tem demonstrado que o trabalho policial, longe de ser considerado uma ocupação de baixo nível como no passado, de fato envolve o exercício de julgamento e de habilidade no enfrentamento de problemas de grande complexidade e importância. (BITTNER, 2003, p. 302).

Neste contexto, tem-se que a aplicação da lei não deixa de ser tarefa essencial da polícia, como forma de reprimir comportamentos sociais que impliquem em violação da lei. Contudo, desponta na sociedade moderna a necessidade da ação policial assumir conotação mais social, ou seja, policiamento com foco na interação com a comunidade.

Desta forma, urge a necessidade dos Estados desenvolverem mecanismos para capacitar o agente aplicador da lei na mediação de conflitos, incentivando a aproximação da sociedade com os órgãos de segurança pública. Isto promoverá uma visão melhor das instituições policiais por parte da comunidade, na medida em que a atuação policial e, conseqüentemente, a polícia passa a ser refe-

rência para os demais indivíduos da sociedade.

Diante deste cenário, desponta a relevância dos estudos e pesquisas desenvolvidas pela comunidade científica, como instrumentos capazes de contemplar e satisfazer os interesses individuais e coletivos, que não precisam ser necessariamente opostos.

1.1 COMUNIDADE ACADÊMICA: CONCEITOS E FINALIDADE

Na busca pelo significado da expressão idiomática “comunidade acadêmica” foi possível notar a ausência de definição objetiva na literatura. Todavia, devido à importância do conceito para o desenvolvimento de forma metodológica e científica deste artigo, buscou-se tais definições na pesquisa de Sofia Branco Sousa - A ‘comunidade acadêmica’ como um conceito errático, de 2010, publicada pela Revista do Departamento de Sociologia da FLUP.³

A referida pesquisa objetivava compreender o que é a comunidade acadêmica, realçando o papel desta nas funções de ensino e de investigação. Segundo Sousa (2010, p. 150), “procurando saber se se pode falar de uma única ‘comunidade acadêmica’ ou de várias comunidades de ‘acadêmicos’”, nota-se que:

O principal argumento e conclusão é que há a necessidade, no campo da investigação no ensino superior, de mais clarificação e discussão do conceito de ‘comunidade acadêmica’, suas principais dimensões e suas relações com a transformação dos modos de produção de conhecimento. (SOUSA, 2010, p. 164).

Haja vista a subjetividade da terminologia em questão, adota-se o conceito de ‘comunidade acadêmica’ como equivalente ao de ‘comunidade científica’, posto que, existe uma relação íntima entre o universo acadêmico e o da ciência, senão vejamos:

[...] comunidade científica constitui uma atividade coletiva que se profissionalizou por meio de um processo de aprendizagem, socialização e interiorização de normas, regras, saber-fazer, práticas comuns de trabalho e pela transmissão dos resultados obtidos [...]. (MATTEDI, 2010, p. 77).

Neste diapasão, entende-se como comunidade acadêmica o conjunto de pesquisadores que, através do processo científico de produção do co-

hecimento, buscam compreender determinados assuntos com a finalidade: de satisfação pessoal com a aquisição do saber e de aplicação prática na resolução de problemas concretos da coletividade.

1.2 PERIÓDICOS PUBLICADOS: IDENTIFICAÇÃO E TABULAÇÃO

Considerando a compreensão objetiva de comunidade acadêmica, fez-se necessário ainda delimitar o foco deste trabalho. Por conseguinte, visando a qualidade e veracidade dos dados, optou-se por analisar os trabalhos acadêmicos produzidos e divulgados por sistemas eletrônicos fidedignos, quais sejam: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Dito isso, buscando identificar pesquisas científicas que tratam da formação policial militar no Brasil, realizou-se consultas nos sites supracitados com os constructos “Ensino Policial Militar” e “Formação Policial Militar”. Nesta etapa, observou-se que até março de 2015, existiam 32 (trinta e dois) estudos disponibilizados – dentre teses⁴, dissertações e artigos (vide apêndice I). Do resultado obtido com a utilização do referido método, constatou-se que quatro trabalhos acadêmicos – dois artigos, uma dissertação e uma tese – não se enquadravam no escopo de análise desta pesquisa, senão vejamos:

- a. Item 6, apêndice I, artigo - Análise psicossocial do posicionamento de adolescentes com relação à violência policial: em suma o objeto de estudo deste artigo foram 140 estudantes e suas concepções em relação ao uso de ações policiais na resolução de crime. Por este motivo, os resultados obtidos não se relacionam com a formação policial ora estudada;
- b. Item 8, apêndice I, artigo - Retrato policial: um perfil da praça de polícia em São Paulo (1868-1896): neste estudo, a delimitação temporal não nos permite fazer inferências acerca do ensino policial militar atual. Sendo assim, não se coaduna com o espaço amostral desejado;
- c. Item 12, apêndice I, dissertação - Avenida João Pessoa, 2050 - 3o. Andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do departamento de ordem política e social do Rio Grande

³ Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), com sede em Portugal

⁴ Documento que apresenta o resultado de um trabalho experimental ou exposição de um estudo científico de tema único e bem delimitado. Deve ser elaborado com base em investigação original, constituindo-se em real contribuição para a especialidade em questão. É feito sob a coordenação de um orientador (doutor) e visa a obtenção do título de doutor, ou similar” (NBR-14724, 2011, p. 4).

do Sul (1964-1982): idem item 8;
d. Item 32, apêndice I, tese - A força pública paulista na redemocratização de 1946: dilemas de uma instituição entre a função policial e a destinação militar: idem item 8.

Por conseguinte, obteve-se como espaço amostral os trabalhos acadêmicos divididos da seguinte forma:

Quadro 1: Produção Científica X Categoria X Estado X Ano

Categoria	UF	Ano da publicação													Total
		1997	2001	2003	2004	2005	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
Artigo	BA		1												1
	CE												1		1
	GO					1									1
	MT				1										1
	MG									1					1
	RJ					1							1		2
	SP	1													1
	Total	1	1		1	2				1			2		8
Dissertação	AL									1					1
	DF							1							1
	CE										1	1	1		3
	GO							1					1		2
	MG								1						1
	RN								1				1		2
	RS												1	1	2
	SP			1			1		1	1					4
	Total			1			1	2	3	2	1	1	4	1	16
Tese	MG							1							1
	RJ								1						1
	RS						1								1
	SP							1							1
	Total						1	2	1						4
Total Geral da Amostra Coletada															28

Fonte: IBICT e SciELO

Posto isso, nota-se que das 27 unidades federativas somente 11 (onze), ou seja, 40,74% publicaram algum estudo neste campo do saber. Outro dado alarmante, é o reduzido número de produções científicas por lapso temporal, senão vejamos: dos 28 (vinte e oito) trabalhos acadêmicos divulgados, 14,29% foram desenvolvidos entre 1997 e 2004; os outros 85,71% foram produzidos entre 2005 e 2014.

Isto denota que, somente nos últimos 10 (dez) anos, houve considerável interesse pela compreensão acerca da formação do policial militar. É salutar enfatizar ainda o crescimento vertiginoso e contínuo de dissertações publicadas nos anos de 2007 a 2014 que, segundo estudos apresentados pela Revista Brasileira de Segurança Pública (2012), pode ter sido consequência de ações promovidas pelo Ministério da Justiça, quais sejam:

[...] a criação dos cursos de graduação tecnológica em Segurança Pública, Serviços Penais e Segurança do Trânsito que entraram para o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia a partir de 2010 (CAPES, 2010), à qual se soma a institucionalização da oferta de Mestrado Profissional [...]. (RBSP, 2012, p. 445).

Ademais, a Revista Brasileira de Segurança Pública (2012) constatou ainda que os grupos de pesquisa no campo da segurança pública, até

meados de 2011, era composto basicamente pelos departamentos de História, Direito, Sociologia, Administração, Economia, Engenharia e Psicologia. Desta feita, o crescimento das Ciências Sociais e Aplicadas pode ter corroborado na solidificação de pesquisas atinentes à segurança pública. (RBSP, 2012).

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA: ANÁLISE CONJUNTURAL

Uma vez estabelecida a amostra, antes da análise propriamente dita, faz-se necessário definir parâmetros que permita determinar os aspectos do ensino/formação policial militar de cada produção científica. Neste sentido, foi utilizada como referência os conceitos e paradigmas propostos pela SENASP na matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. O documento supracitado foi confeccionado no intuito de delinear instrumentos que norteasse a formação do Agente de Segurança Pública. Dentre os quais, destaca-se:

São chamados de eixos articuladores na medida em que conduzem para a reflexão sobre os papéis individuais, sociais, históricos e político do profissional e das instituições de segurança pública. Têm um caráter orientado para o desenvolvimento pessoal e a conduta moral e ética, referindo-se às finalidades gerais das ações formativas, estimulando o questionamento permanente e reflexivo sobre as práticas profissionais e institucionais no contexto social e político em que elas se dão. (BRASIL, 2014, p. 41).

Pela abrangência nacional dos eixos articuladores e sua relação com as mais diversas problemáticas sociais, optou-se por utilizá-lo como parâmetro para análise dos trabalhos acadêmicos doravante estudados. O referido instrumento, na matriz da SENASP, é dividido em quatro seguimentos distintos para possibilitar uma maior reflexão sobre o papel atinente aos órgãos e profissionais que compõem a segurança pública, senão vejamos:

- Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública:** promove o desenvolvimento de valores a respeito do próprio profissional, abrangendo as relações constituídas no decorrer do exercício de sua profissão;
- Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública:** permite a reflexão acerca da atividade policial e o contexto social no local em que estas ocorrem. Considera, para tanto, os eventos políticos, culturais e his-

tóricos;

c. **Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública:** estimula o aperfeiçoamento de ações pautadas na ética, cidadania e nos direitos humanos. Ademais, contribui para conscientização dos prejuízos, profissionais e institucionais, causados pela não observância destes conceitos;

d. **Diversidade, Conflitos e Segurança Pública:** institui debates para propiciar o desenvolvimento de mecanismos que facilitem a compreensão, respeito e valorização dos fenômenos referentes a diferença de raça, orientação sexual, sociocultural, dentre outras que sejam alvo de discriminação e intolerância.

Com intento de minimizar a subjetividade destes preceitos, seguem as características que melhor definem cada grupo supracitado, são elas:

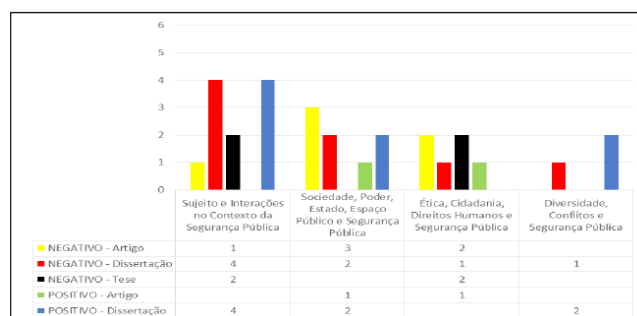
Quadro 2 – Características Dos Eixos Articuladores

Eixo Articulador	Características
Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública	• Sensibilização, motivação pessoal e coletiva e integração de grupo; • Identidade étnica e processos relacionais; • Aspectos humanos da profissão ou de procedimentos específicos; • Relações humanas; • Autoconhecimento e valores; • Mídias e segurança pública.
Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública	• Elementos de antropologia e de história; • Sociedade, povo e estado brasileiro; • Espaço público, cidadania, democracia e estado de direito; • Formas de sociabilidade e utilização do espaço público; • História social e econômica do Brasil e dos estados; • História das instituições de segurança pública; • Mobilidade social.
Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública	• Valores presentes na sociedade; • Atuações humanas frente a dilemas éticos; • Ética, política, cidadania e segurança pública; • Práticas dos profissionais da área de segurança pública de acordo com as normas e dos valores dos direitos humanos; • Sustentabilidade social.
Diversidade, Conflitos e Segurança Pública	• Diversidade como fenômeno social e direito fundamental da cidadania; • Diversidade étnico-sociocultural e multiculturalismo; • Grupos vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade; • Valorização das diferenças e a atuação de órgãos da segurança pública; • Conflitos gerados pela intolerância e a discriminação; • Mediação e negociação de conflitos; • Movimentos sociais e a atuação dos profissionais da área de segurança pública;

Fonte: Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública. (BRASIL, 2014, p. 42-44).

Posto isso, após entender as funções e característica dos eixos articuladores, as produções científicas foram submetidas à análise conjuntural dos objetivos – gerais e específicos –, contrapondo-as com os resultados alcançados, os quais foram nomeados de “POSITIVOS” ou “NEGATIVOS”. Constatou-se que cada um dos trabalhos acadêmicos se propunha a investigar assuntos que, de uma forma ou de outra, tinham congruência com alguma dimensão proposta pelos eixos articuladores. Assim sendo, obteve-se como resultado de classificação do total da amostra o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Produção científica X eixo articulador X resultado



Fonte: IBICT e SciELO

Em suma, infere-se que dos 28 (vinte e oito) trabalhos acadêmicos encontrados, 39,29% buscaram compreender o Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; 28,57% focaram seus estudos na Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública; 21,43% observaram aspectos relacionados a Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública, e; 10,71% tiveram o intuito de analisar a Diversidade, Conflitos e Segurança Pública. É salutar ressaltar ainda que das produções científicas analisadas, 64,29% concluíram que o ensino policial militar possui alguma deficiência ou não atende as demandas sociais e 35,71% obtiveram resultado positivo acerca dos temas pesquisados.

3 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS (CFO) DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (PMGO) E SUA CORRELAÇÃO COM A REALIDADE BRASILEIRA

Neste tópico, depois de identificados e analisados os dados amostrais, comparamos os parâmetros e instrumentos previstos para a formação dos oficiais da polícia militar do Estado de Goiás com os resultados alcançados pelos trabalhos propostos pela comunidade acadêmica brasileira. Durante o exame dos componentes que estruturam a referida matriz verificou-se, em suas diretrizes pedagógicas, a construção dinâmica de um perfil profissiográfico pautado nas dimensões de eixos articuladores e áreas temáticas.

Conforme visto no capítulo anterior, eixos articuladores têm o papel de orientar a conduta moral e ética, estimulando a reflexão acerca do caráter político, histórico, individual e social das instituições e dos profissionais de segurança pública. As áreas temáticas são responsáveis por contemplar quais conteúdos devem ser implementados para fortalecer as ações formativas, de forma a desenvolver as capacidades propostas em cada eixo articulador. Muito embora exista inúmeras possibilidades de interação entre as áreas

temáticas e os eixos articuladores estas não são rígidas, o que permite a cada Estado construir um currículo que contemple sua realidade regional.

Na Matriz, ora apreciada, verificou-se que esta é constituída por oito áreas temáticas que estabelecem disciplinas voltadas ao desenvolvimento das competências e capacidades necessárias ao profissional de segurança pública. Neste sentido, infere-se que a transversalidade¹ instituída no currículo do CFO-PMGO faz com que os conteúdos abarcados pelos eixos articuladores percorram as mais diversas áreas temáticas, quais sejam:

- a. **Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador:** é responsável pela saúde física e mental dos agentes de segurança pública e trabalha um seguimento de disciplinas voltadas ao bem-estar destes profissionais, desenvolvendo mecanismos para que estes se sintam valorizados em suas instituições;
- b. **Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública:** inclui temas imprescindíveis para comunicação entre os órgãos de segurança pública e a mídia, fazendo com que este profissional disponha de técnicas suficientes para lidar com os mais diversos meios de difusão da informação;
- c. **Conhecimentos Jurídicos:** capacita o processo de aprendizagem dos aspectos jurídico legais, propiciando ao profissional a correta compreensão do cenário em que está inserido e a reflexão crítica das normas pertinentes as suas atividades;
- d. **Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública:** destaca assuntos referentes a contextualização dos órgãos de segurança pública, suas estruturas e a forma de interação com a sociedade e os demais sistemas de persecução penal. Possibilita ainda o aprendizado das ferramentas, métodos e processos para implementação das políticas de segurança pública;
- e. **Violência, Crime e Controle Social:** discute a dinâmica do crime e da violência em vários aspectos, favorecendo a compreensão da formação e organização social, e como realizar o controle destas manifestações de forma legal e justa;
- f. **Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva:** estabelece temas que proporcionam o debate prático e teórico acerca da rotina do agente de segurança pública, os desafios enfrentados por este e as formas

de mediação/solução de conflitos reais;

g. **Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos:** favorece a percepção de como conduzir os conflitos sociais, de modo a atuar dentro dos parâmetros legais, sem se distanciar das técnicas reativas/preventivas. Incluindo, o estudo de métodos de negociação, uso seletivo da força, análise de riscos, mediação, etc;

h. **Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública:** corresponde os conhecimentos específicos, procedimentais e técnicos, atinentes ao exercício das funções do agente de segurança pública. Por esta razão, abrange conteúdos que permeiam outras áreas temáticas, sedimentando todo o processo.

Uma vez compreendida a estrutura acima, é fácil notar que: “Cada área temática define um espaço de conteúdos que deverão ser trabalhados possibilitando complementações que atendam às expectativas das diversas instituições, carreiras, demandas da sociedade, [...]” (BRASIL, 2014, p. 45).

Ademais, é salutar realçar que a interdependência entre eixo articulador e área temática não é diretamente proporcional, isto faz com que uma mesma área temática possa abranger parte de dois eixos distintos. Todavia, após exame minucioso da matriz curricular do CFO-PMGO correlacionando-a com os conceitos e diretrizes propostas pela matriz da SENASP, constatou-se o seguinte:

Quadro 3 – Relação de área temática por eixo articulador

Eixo Articulador	Áreas Temáticas
Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública	• Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador;
	• Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública.
Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública	• Conhecimentos Jurídicos;
	• Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública.
Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública	• Violência, Crime e Controle Social;
	• Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva.
Diversidade, Conflitos e Segurança Pública	• Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos;
	• Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública.

Fonte: Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública. (BRASIL, 2014, p. 42-52).

Posto isso, após entender as funções e características das áreas temáticas e sua correlação com os eixos articuladores, comparou-se os resultados obtidos na análise conjuntural do subtítulo 2 com as diretrizes pedagógicas previstas para o curso de formação de oficiais da polícia militar do estado de Goiás. Neste contexto, elegeu-se como parâmetro os eixos articuladores que apontaram deficiências na formação policial militar, senão vejamos:

¹A transversalidade refere-se a temas sociais que permeiam os conteúdos das diferentes disciplinas, exigindo uma abordagem ampla e diversificada, não se esgotando num único campo de conhecimento. Os temas transversais não devem constituir uma única disciplina, mas permeiar todo o trabalho educativo.” (BRASIL, 2014, p. 57).

Quadro 4 – Relação dos resultados por eixo articulador

EIXO ARTICULADOR	RESULTADOS				TOTAL	TOTAL (%)
	Negativo	Negativo (%)	Positivo	Positivo (%)		
Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública	7	25,00%	4	14,29%	11	39,29%
Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública	5	17,86%	3	10,71%	8	28,57%
Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública	5	17,86%	1	3,57%	6	21,43%
Diversidade, Conflitos e Segurança Pública	1	3,57%	2	7,14%	3	10,71%
TOTAL GERAL	18	64,29%	10	35,71%	28	100%

Fonte: Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública. (BRASIL, 2014, p. 42-52).

Neste diapasão, observa-se que a classificação pelos resultados negativos foi diretamente proporcional ao total de cada eixo, ou seja, nas amostras analisadas ao aumentar-se a quantidade de produções científicas maior foi o número de conclusões apontando algum vício ou deficiência nos processos de formação policial militar. Todavia, chamou a atenção o fato dos estudos voltados à Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública se destacar, do eixo articulador Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública, pela reduzida proporção de resultados positivos.

Assim sendo, infere-se da amostra analisada que os eixos articuladores que mais preocupam a comunidade acadêmica, estão assim dispostos: 1 - Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública; 2 - Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública; 3 - Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública, e; 4 - Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

Em seguida, durante o estudo pormenorizado da matriz do CFO/PMGO foi realizada a tabulação completa da carga horária das disciplinas por área temática, conforme consta no Apêndice II. Do referido mapeamento, extraiu-se o seguinte quadro:

Quadro 5 – Relação de carga horária por área temática

EIXO ARTICULADOR	ÁREAS TEMÁTICAS	CARGA HORÁRIA	TOTAL
Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	260	470
	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	210	
Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública	Violência, Crime e Controle Social	228	378
	Cultura, Cotidiano e Prática Reflexiva	150	
Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública	Conhecimentos Jurídicos	280	665
	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	385	
Diversidade, Conflitos e Segurança Pública	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	100	1711
	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	1611	
TOTAL CARGA HORÁRIA PRESENCIAL		3224	
Atividades Complementares		150	
Ensino a Distância - SENASP		1220	
TOTAL CARGA HORÁRIA EXTRA CURRICULAR		1370	
TOTAL GERAL DO CURSO		4594	

Fonte: Matriz Curricular do CFO - PMGO 2013/2015 (GOIAS, 2013, p. 12-16).

Por conseguinte, observa-se que da quantidade de horas previstas na formação do oficial de polícia militar da PMGO, 70,18% são destinadas as disciplinas teórico-práticas presenciais e 29,82% as atividades extracurriculares. Por esta não fazer parte do objeto de estudo deste artigo considerou-se apenas a carga horária presencial, já correlacionada com as áreas temáticas e os eixos articuladores, da qual infere-se: das 3224 horas aula ministradas, 53,07% deste conteúdo é designado para Diversidade, Conflitos e Segurança Pública; 20,63% busca compreender a Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública; 14,58% reserva-se ao Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública, e; 11,72% desenvolve assuntos relacionados a Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública.

Não obstante tenha-se percebido que a relação eixo articulador e área temática perpassa a interdependência estabelecida no QUADRO 3, o que permite uma variação nos percentuais encontrados, constata-se que os dois eixos articuladores mais criticados pela comunidade acadêmica brasileira recebem a menor quantidade de horas aula durante o processo de formação do oficial policial militar da PMGO.

Outrossim, percebe-se que a carga horária para desenvolvimento de capacidades direcionadas a valorização do eixo articulador - Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública somada a do eixo articulador - Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública, totalizam 848 horas aula de instruções presenciais, ou seja, menos que a quantidade de 1370 horas empregada em atividades extracurriculares.

Por outro lado, verificou-se que o Estado de Goiás publicou três trabalhos acadêmicos dos quais todos apresentaram conclusões que sinalizavam resultados positivos, quais sejam: 1 – item 4, apêndice I, artigo: **Democracia e violência policial: o caso da polícia militar (2005)**, relacionado a Ética, Cidadania, Direitos Humanos; 2 – item 14, apêndice I, dissertação: **A educação ambiental na formação e na atuação policial militar (2008)**, com tema voltado à Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública, e; 3 – item 25, apêndice I, dissertação: **O ensino na academia da polícia militar em Goiás: matrizes curriculares - mudanças e permanências 1970/2012 (2013)**, com fulcro no Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública.

Muito embora as diretrizes pedagógicas propostas pela matriz curricular do CFO/PMGO reflitam a caótica realidade brasileira, no que tange à promoção de melhorias nos eixos articuladores

mais críticos, as produções científicas deste Estado indicaram desenvolvimento satisfatório no processo de formação do oficial de polícia militar. O resultado acima não surpreende uma vez que o Prof. Me. Elio Gomes Pereira, nos ensina que:

Por meio dos dados obtidos, do referencial teórico, do registro das observações e das entrevistas realizadas, pôde-se concluir que o processo ensino-aprendizagem, bem como as práticas curriculares atualmente desenvolvidas pela APM/GO apontam para uma diferenciação do que ocorria durante os governos militares, voltados para o preparo do policial militar para a defesa do território. Na atualidade, a essência do ensino militar é preparar o futuro profissional para lidar com situações do cotidiano, respeitando os direitos do cidadão. Outra conclusão relevante diz respeito às mudanças socio-políticas que caracterizam as disciplinas da atual grade curricular da APM/GO, demonstrando um caráter mais civil do que militar. (PEREIRA, 2013, p. 10).

Por fim, denota-se, que não obstante a proporção reduzida de carga horária destinada ao desenvolvimento de competências, apontados pela comunidade acadêmica como deficientes, não se verificou impacto regional negativo nos trabalhos acadêmicos em Goiás.

4 CONCLUSÃO

O processo de construção deste artigo iniciou-se na vontade de contribuir para o desenvolvimento de uma forma de policiamento mais próximo à realidade social, voltado a atender aos anseios sociais, aumentando a qualidade do serviço prestado e a satisfação da coletividade. Para tanto, buscou-se compreender a perspectiva da comunidade acadêmica brasileira acerca da formação do policial militar e da capacitação deste profissional em responder às demandas de segurança e ordem pública.

Diante disto, primando pela fidedignidade da pesquisa, foi necessário identificar estudos científicos consolidados que apontassem as principais desconformidades no planejamento e execução da atividade policial. Motivo pelo qual utilizou-se, para delimitação do espaço amostral, o método de pesquisa bibliográfica nos bancos de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Desenvolveu-se, ainda, uma revisão biblio-

gráfica na literatura nacional e internacional sobre o trabalho policial militar e sua interação com a sociedade, debatendo seus conceitos e teorias, com fulcro na perspectiva da comunidade acadêmica do Brasil. Em seguida, ao utilizar-se da técnica de análise documental e quantitativa do conteúdo encontrado, conseguiu-se identificar as peculiaridades e a complexidade que a sociedade exige deste perfil profissional.

Posto isso, foi possível notar que somente 11 (onze) estados brasileiros, ou seja, 40,74% publicaram algum estudo neste campo do saber. Outro dado alarmante, foi o reduzido número de produções científicas por lapso temporal, revelando que dos 28 (vinte e oito) trabalhos acadêmicos divulgados, 14,29% foram desenvolvidos entre 1997 e 2004; os outros 85,71% foram produzidos entre 2005 e 2014.

Esta realidade revela que, somente nos últimos 10 (dez) anos, houve considerável interesse pela compreensão acerca da formação do policial militar. Percebeu-se ainda o crescimento vertiginoso e contínuo de dissertações publicadas nos anos de 2007 a 2014 que, segundo estudos apresentados pela Revista Brasileira de Segurança Pública (2012), pode ter sido consequência de ações promovidas pelo Ministério da Justiça. Ademais, constatou-se ainda que são diversos os departamentos que se propõem a investigar assuntos no campo da segurança pública, dos quais destacam-se: História, Direito, Sociologia, Administração, Economia, Engenharia, Psicologia e a crescente área das Ciências Sociais. (RBSP, 2012).

O crescente número de periódicos científicos publicados na última década e a departamentalização de pesquisas relacionadas à segurança pública, por não serem objeto de estudo deste artigo, não foram investigados de forma minuciosa. Motivo pelo qual, sugere-se a elaboração de outro estudo acadêmico que elucide a ocorrência destes fenômenos.

Durante a análise realizada no subtítulo 2, constatou-se que do total de produções científicas: 64,29% concluíram que o ensino policial militar possui alguma deficiência ou não atende as demandas sociais e 35,71% obtiveram resultado positivo acerca dos temas pesquisados. Outrossim, inferiu-se que os temas mais criticados estão relacionados ao desenvolvimento do policial militar para atuar com profissionalismo, respeitando a si próprio e os valores de ética, cidadania e direitos humanos.

A partir desta perspectiva, quantificou-se e comparou-se a carga horária da matriz curricular do CFO/PMGO com os resultados alcançados nos trabalhos propostos pela comunidade acadêmica

brasileira. Assim sendo, percebeu-se da amostra analisada que os eixos articuladores que mais preocupam a comunidade acadêmica (Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública / Sujeito e Interações no Contexto da Segurança Pública), totalizam 848 horas aula do total de atividades presenciais, ou seja, menos que a quantidade de 1370 horas empregada em atividades extracurriculares ministradas ao oficial de polícia militar do estado de Goiás.

Verificou-se ainda que, quanto à promoção de melhorias nos eixos articuladores mais críticos, todas as produções científicas publicadas no Estado de Goiás apresentaram conclusões que indicaram desenvolvimento satisfatório nos processos de formação do oficial de polícia militar. Neste sentido, foi possível certificar que o referido paradoxo se justificou pelo longo processo de adaptação e reformulação da matriz curricular do CFO/PMGO, consignado por Pereira (2013), em sua dissertação - O ensino na academia da polícia militar em Goiás: matrizes curriculares - mudanças e permanências 1970/2012.

Ante o exposto, espera-se que as inferências realizadas neste artigo promovam debates, com enfoque no processo desenvolvimento de competências que auxiliem na formação de profissionais aptos a responder às demandas de segurança e ordem pública, com forte fundamento na justiça, na defesa dos direitos humanos e que atendam aos interesses e particularidades sociais.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. 2 ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.
- BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas ementas constitucionais nº 1/92 a 70/2012 e pelas ementas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.
- BRASIL. SENASP. **Matriz curricular nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, 2014.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior. **Mestrados Profissionais em Segurança Pública. Documento do Workshop Mestrado Profissional em Segurança Pública e Justiça Criminal**, 2010. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/MestrProf_SegurancaPublica.pdf. Acesso em: 20/05/2015.
- GOIÁS. Polícia Militar. Comando da academia de polícia militar. **Matriz curricular do CFO – PMGO (2013/2015)**. Goiânia, GO: CAPM, 2013.
- MATTEDI, Marcos Antônio; SPIESS, Maiko Rafael. **Modalidades de regulação da atividade científica**: uma comparação entre as interpretações normativa, cognitiva e transacional dos processos de integração social da comunidade científica. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 110, p. 73-92, jan.- mar. 2010.
- MONET, Jean Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- MONJARDET Dominique. **O que faz a polícia**: sociologia da força pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- PEREIRA, Elio Gomes. **O ensino na academia da polícia militar em Goiás**: matrizes curriculares - mudanças e permanências 1970/2012. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Coordenação de pós-graduação stricto sensu, Goiânia, 2013.
- RBSP – Revista Brasileira de Segurança Pública. **Nota Técnica - Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Segurança Pública**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 434-453, ago.- set. 2012. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/viewFile/129/126>. Acesso em: 20/05/2015.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANCHES, Clives Pereira; SOUSA, Emerson do Nascimento. **Nova matriz curricular do Curso de Formação de Oficiais:** uma adequação ao perfil profissiográfico do chefe de polícia ostensiva da PMGO. Polícia Militar do Estado de Goiás, Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, Goiânia, 2008.

SOUSA, Sofia Branco. **A 'comunidade acadêmica' como um conceito errático.** Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP, Vol. XX, 2010.